



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0374/06	DATA: 6/4/2006
INÍCIO: 11h57min	TÉRMINO: 12h18min	DURAÇÃO: 00h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h21min	PÁGINAS: 8	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Anúncio de recebimento de pedido de renúncia de membros do Conselho.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Bom-dia a todos. Acabamos de fazer uma reunião com parte dos membros do Conselho e recebi de 5 ou 6 Parlamentares o pedido de renúncia do Conselho de Ética. Eles estão indignados, como todos nós do Conselho de Ética — todos, sem exceção. Estamos indignados porque, afinal de contas, o Conselho de Ética fez um trabalho de 10 meses, um trabalho maravilhoso, digno, honrado, transparente, acima de tudo, e à procura de justiça.

Tivemos grandes conquistas. O Conselho de Ética realmente foi o órgão — a própria imprensa sabe disso — que mais trabalhou no ano passado e neste ano. Trabalhávamos de segunda a sexta-feira e, às vezes, sábado e domingo. O objetivo do Conselho de Ética qual é? Mostrar o caminho para o Plenário. Porque fomos nós que trabalhamos em cada processo. Os Relatores estão todos aqui, desenvolveram um trabalho intenso: oitiva de testemunhas — ouvimos mais de 50 pessoas —, provas concretas, minúcias, detalhes. Ninguém melhor do que os membros do Conselho de Ética para conhecer um processo.

Não estamos revoltados com o problema do Deputado João Paulo Cunha, ao contrário, é com o todo. Nós já mandamos 7 processos com pedido de cassação e os 7 representados foram absolvidos. Pedimos 2 absolvições, foram confirmadas em plenário. Apenas 3 representados de quem pedimos a cassação foram cassados. Cinco Deputados renunciaram com medo do rigor do Conselho de Ética. Existe esse rigor, mas, acima de tudo, justiça.

Hoje, alguns Parlamentares, inconformados, achando que era a gota d'água, pediram renúncia do Conselho de Ética. Eu não aceitei a renúncia e fiz-lhes um apelo para que fiquem no Conselho de Ética até o fim do último processo. Temos mais 2 processos pela frente do episódio do mensalão e outros mais simples — não há necessidade. Logo em seguida a esses 2 processos, vamos reformular o regulamento do Conselho de Ética e do Código de Ética. Estamos fazendo estudos nesse sentido. Então, fiz o apelo aos Deputados que me entregaram esse documento, 4 titulares e 3 suplentes, para que fiquem no Conselho de Ética até o final do último processo, porque nós não podemos sair, fugir da raia. Vamos cumprir a nossa obrigação até o último instante, vamos continuar o trabalho digno e honrado do Conselho de Ética. Todos os membros, sem exceção, de todos os partidos,



vamos continuar esse trabalho. É nossa obrigação terminar todos os processos. E nós vamos fazer isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Depois eu entrego o documento para V.Exas. Eu não aceitei essa renúncia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concordaram.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em primeiro lugar, nosso gesto não foi um gesto de bloco, não foi um gesto articulado, foi um gesto de cada Conselheiro que se sentiu sem função aqui, que viu esgotado o seu papel no importantíssimo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

É evidente que ouvimos a ponderação do Presidente, a quem respeitamos e que tem dirigido os trabalhos de forma eficaz, correta e democrática. Agora, estamos colhendo essa posição do Presidente, ouvimos ponderações de outros colegas que consideram importante irmos até o final, mas nós não estamos retirando, revogando a nossa decisão. Apenas vamos considerar nesse fim de semana, até porque alguns, como Cezar Schirmer, que é suplente, mas um Conselheiro importante — tanto que relatou o caso rejeitado de ontem — e Orlando Fantazzini estão em viagem para fora do País, foram a um compromisso do Parlatino em Buenos Aires. Mas vamos trocar informações. A nossa decisão de flexibilidade máxima é participar da votação de mais um caso correlato do mensalão, que é o caso do Deputado Vadão Gomes, porque — aí é a nossa avaliação — a postergação exitosa do caso Janene pode levar a apreciação do processo dele, o que também é um boicote ao Conselho de Ética, para as calendas.

Vamos, então, considerar a nossa desistência. Aliás, precedidos nessa decisão pelo Deputado Edmar Moreira, que há muito tempo disse aqui que, pelo desgaste, iria cumprir sua função com os casos restantes e sair. Recebemos esse apelo do Presidente, damos-nos o direito de trocar idéias sobre ele. E as razões — não da renúncia, que é uma palavra com uma carga negativa muito grande — da compreensão de que nossa missão no Conselho está esgotada permanecem de pé. O Conselho vem tendo uma função mais decorativa, dá ares democráticos a uma dinâmica que, ao fim e ao cabo, é predominantemente corporativa. Estamos



empenhadíssimos em melhorar a estrutura do Conselho para a próxima Legislatura, porque, com essa falta de poder que temos, ele não adianta quase nada.

Queremos lutar muito para que o Presidente Aldo Rebelo coloque em votação, de imediato, a PEC que institui o voto aberto. É uma PEC que vem da Legislatura passada, de iniciativa do Deputado Fleury. Comissão Especial relatada pelo Deputado José Eduardo Cardozo, presidida pela Deputada Denise Frossard, concluiu isso, e há um trabalho de postergação.

Enfim, a crise está instalada, inclusive, no próprio Conselho de Ética, porque o Plenário nos desautoriza predominantemente. Isso é grave! Nós nos declaramos aqui em crise, há colegas que têm uma visão diferente da nossa. Nossa posição é irrevogável no sentido de que acabou nossa missão no Conselho.

O que podemos ponderar, no máximo, é: com data marcada e sem adiamento, concluir a votação do processo do Deputado Vadão Gomes — e aí externo a minha visão —, porque acho difícil que se vote o do Deputado José Janene. O processo do Deputado Vadão Gomes tem data marcada. Não dá mais para postergar. Seria o máximo de flexibilidade de nossa parte. Mas a nossa missão no Conselho está encerrada.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero apenas complementar uma coisa.

Na reunião que realizamos anteriormente, foi unânime a decisão de que o Conselho de Ética vai lutar pelo voto aberto no Congresso, porque hoje, se temos 209 votos pela cassação, deve haver 400 pela votação aberta. Essa é a verdade.

Então, vamos lutar pelo voto aberto, a partir de hoje, nos corredores, junto às Lideranças, ao Presidente da Casa. Não importa que termine agora, mas que seja para o futuro. O voto aberto será necessário.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, apenas queria informar que, com certeza, o que foi solicitado por esses Conselheiros não é absolutamente nada de novo. Como fui citado... E, como pela primeira, disse neste plenário que, terminado o último relatório, até em consideração e respeito ao Relator, eu sairia do Conselho, vou fazê-lo. A ponderação que se faz hoje é que, pelo menos, aguardemos esse último relatório que está prestes a ser finalizado no Conselho, nos próximos 15 dias, no máximo, porque teremos a Semana Santa, e depois, com certeza, cada um fica livre, liberado.

Realmente, com essa minha decisão de sair do Conselho, é bom repetir, não me estou insurgindo contra a decisão do Plenário, porque nós também somos o Plenário. Mas o Conselho não pode continuar a funcionar com essa fragilidade regimental. Primeiro, o voto tem de ser aberto aqui e lá; o processo é o mesmo. Segundo, não temos o poder de convocar testemunhas. Mais de 50 testemunhas deixaram de ser ouvidas porque sequer deram satisfação ao Conselho, em prejuízo ao processo e, talvez, ao próprio Representado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Carlos Sampaio está inscrito primeiro.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Vou concluir minha palavra. Quero dizer que não é novidade desse alarde, todos nós estamos realmente descontentes, porque fica o trabalho estéril. Somos até levados a praticar alguns equívocos que na própria concepção da imprensa: "*Poxa, esse processo foi mal conduzido por isso ou por aquilo*". Mas o Conselho de Ética hoje não tem esse ferramental que possa realmente fazer com que o nosso trabalho seja melhor.

A ponderação — Chico Alencar me citou — que fiz foi a seguinte: até em consideração ao Presidente do Conselho, Deputado Ricardo Izar, vamos aguardar pelo menos esse último relatório — parece-me que é o do Deputado Vadão Gomes — e, depois, cada um toma o rumo que lhe aprover.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, em verdade, acho que o Deputado Chico Alencar conseguiu resumir o pensamento de todos aqueles que subscreveram o documento. Subscrevemos a nossa indignação, uma indignação



que não foi por conta desse ou daquele caso, uma indignação acumulada por perceber que o Conselho de Ética se pauta por uma análise investigativa, apartidária, isenta, imparcial, enquanto o Plenário, muitas vezes, acaba por decidir em razão da biografia ou do relacionamento do representado. Isso não está em pauta. O que está em pauta é o envolvimento desse ou daquele Parlamentar no caso concreto. Foi por isso que houve essa indignação generalizada.

Paralelamente a essa indignação, houve a solicitação de reflexão por parte do Presidente para que aqueles que subscreveram o documento aguardem o final dos 2 últimos casos para pensarmos na importância de permanecermos até o final do cumprimento da nossa missão. Esse apelo foi feito por ele, foi também uma recomendação da Deputada Ann Pontes, que é a Sub-Relatora de todos os casos e uma pessoa extremamente respeitada dentro deste Conselho. Por essa razão, a reflexão por ele solicitada foi acolhida por mim e pelos demais que subscreveram o documento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não coloquem nesses termos: “até o processo do Deputado Vadão”. Não é isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ao terminar os processos do mensalão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - São 2 processos: dos Deputados Vadão Gomes e José Janene. Quanto ao processo do Deputado José Janene, na terça-feira a Comissão de Constituição e Justiça definirá o que vamos fazer. O processo pode ser bem rápido depois da resolução da Comissão de Constituição e Justiça.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Acolhemos a ponderação do Presidente no sentido de que ficássemos até o final deste processo de julgamento de todos aqueles que estão envolvidos no caso do mensalão.



Especificamente com relação ao que disse o Deputado Chico Alencar, é uma preocupação de todos nós que o caso do Deputado José Janene fique insolúvel. Só que nós teremos uma decisão relatada pelo Deputado Biscaia nessa terça-feira e, portanto, teremos um norte para o julgamento também do caso do Deputado José Janene neste Conselho. Não será sem data. Ao contrário, deverá ter uma data.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Colegas, não está isso estabelecido, não. Eu gostaria de dizer o seguinte: assinaram o documento os Deputados Chico, Carlos Sampaio, Orlando Fantazzini, Benedito de Lira, Nelson Trad e eu, na qualidade de titulares. Assinaram o documento os Deputados Cezar Schirmer, Marcelo Ortiz e Cláudio Magrão, que é suplente do PPS. Então, assinaram 6 titulares e 3 suplentes.

Quero dizer que esse não é um documento que foi assinado, entregue, dirigido ao Presidente, o qual, por reconhecer a indignação, não recebeu ou não aceitou. Isso não quer dizer que se vá aguardar, como o Deputado Chico Alencar quer fazer, uma consulta aos Deputados Orlando Fantazzini e Cezar Schirmer, que assinaram o documento e foram para o exterior. A postura, adotará cada Parlamentar, sem nenhum demérito das assinaturas, que pode ser de acatar o apelo do Presidente. Isso vai depender da análise de cada um.

Eu gostaria de dizer a todos que acompanharam esse nosso processo que não estamos abandonando a idéia da necessidade de valorização do Conselho de Ética talvez nesta Legislatura. Defendemos o voto aberto, como já foi dito. Todos passamos pela postura da oitiva de testemunhas que não pudemos convocar, que não pudemos intimar, pois só podemos convidar. Todos sabemos que, se não houver uma CPMI em funcionamento, o Conselho não tem como quebrar sigilo fiscal, telefônico e bancário para fazer prova contra um colega Parlamentar. Temos que fazer justiça? Então, devemos inserir esses procedimentos também no Conselho de Ética.

Talvez essa seja uma sintonia para a próxima Legislatura, porque vamos fazer uma proposta, que é da Casa. Não digo que vamos fazê-la nós, membros do Conselho, mas que surgiu em função da dificuldade que tivemos em todo o processo.



Agora, a nossa indignação, a nossa revolta não pode ser considerada em razão de um resultado exitoso de determinados membros e não de outros. O Deputado Benedito de Lira teve o seu relatório aprovado no Conselho e respaldado no Plenário; o Deputado Carlos Sampaio também, e eu. Outros, não. O que temos que dizer é que — o exemplo mais claro foi o de ontem, porque não lembro o placar dos outros — se escudam atrás dos 209 votos “sim” os 256 que votaram “não”, que a essa hora estão indo para suas bases dizer o que para seus eleitores: que votaram contra a prova de um membro que participou do esquema do valerioduto, indiciado na CPMI dos Correios, como todos os outros? É indignação nossa. Não faço isso pelos trabalhos exitosos de alguns e de outros que não tiveram êxito no Plenário. Fazemos pelo Conselho, pela Casa. Não podemos transformar o Conselho de Ética e a Casa num clube de amigos, de relações pessoais. É a Instituição que está em jogo, e o Conselho de Ética que, como disse o Presidente, foi valorizado, e o Conselho, que é reconhecido, infelizmente, chegou a seu esgotamento, como disse o Deputado Chico Alencar. Nós estamos no limite. Talvez a água tenha entornado do copo.

Temos uma postura a adotar. Vou respeitar a decisão do Presidente de não aceitar e dos colegas que relevarem a sua posição, mas não é a posição unânime daqueles que assinaram o documento. Vamos refletir sobre o pedido do Presidente. Cada um decidirá se manterá ou não, legitimamente, a assinatura que apôs ao documento.

(intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não há renúncia precipitada. A renúncia está apresentada, e muitos vão refletir sobre o apelo que fez o Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Deputado Chico Alencar, V.Exa. foi o autor do requerimento, o abaixo-assinado é uno e indivisível, a não ser que se faça dele uma porção de pedacinhos. Isso realmente é um consenso ou cada um vai fazer o seu palanque à sua mercê? O pai da idéia sou eu, vou requerer direitos autorais. Só que sou muito acanhado, não divulguei o meu, mas fui o primeiro a fazer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Edmar Moreira tem visão profética. Só para esclarecer: é evidente, os Deputados que foram



mencionados aqui renunciaram às suas funções no Conselho de Ética, mas, diante do apelo do Presidente para que o caso... Porque consideramos que o caso do Deputado José Janene, a não ser que venha uma definição clara para julgamento imediato, é um caso de protelação que vai continuar, não temos ilusões. Se houver uma data marcada, com rapidez, no máximo até o dia 18 de abril, para o caso do Deputado Vadão Gomes, admitimos permanecer no Conselho até esse dia, em respeito ao Relator, o Deputado Moroni Torgan, que não estava aqui hoje, e com o qual somos solidários; queremos votar porque está dentro do caso do mensalão, sem ilusões de que a decisão aqui, se não for pela absolvição, vai ser contrariada pelo Plenário. Agora acabou, nosso entendimento claro é de que lá no Plenário soberano o que se consolidou foi a *pizza* e a negação do Conselho.

A nossa renúncia, então, está consolidada. Apenas nos damos o direito de ter sensibilidade ao apelo do Presidente, mas limitamos, sim, porque o caso do Deputado José Janene, a não ser que na terça-feira, a partir da decisão da CCJ, se marque, imediatamente, mas o limite máximo é o caso do Deputado Vadão Gomes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A realidade é a seguinte: já conversei com os Deputados, eles vão aguardar os 2 últimos processos. A preocupação é quanto ao processo do Deputado José Janene, que acham que nós não vamos conseguir votar. Vamos votar, sim. Está marcado o do Deputado Vadão Gomes para o dia 25. Vamos tentar trazê-lo para o dia 18, mas já está marcado para o dia 25.

Está encerrada a reunião.